

MUDANÇAS DE PERSPECIVAS: HISTÓRIA SOCIAL, CULTURAL E A MICRO-HISTÓRIA

Katia Oliveira Santana¹

RESUMO: O objetivo deste trabalho é apresentar um breve olhar sobre algumas mudanças que permearam a pesquisa em história e que trouxeram diferentes formas de abordagens e novas respostas a antigas perguntas. O fio condutor que entrecruza os eixos aqui observados, será o *jogo de escala*, termo que tomamos de empréstimo de Jacques Revel, para pensar as mudanças de perspectivas na relação entre o macro e os micros recortes. Contudo, não se trata de estabelecer uma transição linear entre os três eixos aqui apresentados, mas perceber, sucintamente, os distanciamentos e as permanências nas abordagens destes campos do conhecimento histórico.

Palavras-chave: História Social; Cultural; Micro-História.

ABSTRACT: This Task's objective it's to show a brief look about some changes that have permeated the research in history and bring different ways of approach and news answers to the old questions. "The guide" that crosses the axis here observed, will be the scale game, a term whose we took from Jacques Revel, to think about the changes of perspective in relation between the macro and the micro-cutout. However, it's not about to settle a linear transition between the three axis here showed, but understand, succinctly, the distancing and the permanences on the approaches of this historic knowledge field.

Keywords: Social History; Cultural; Micro History.

A História Social

Em um primeiro momento, é possível definir História Social, *strictu sensu*, como o campo específico do conhecimento histórico no qual o objeto fundamental é o estudo do indivíduo no tempo e em sociedade. De acordo com Hebe Castro (1997), a referência ao movimento dos *Annales* é indispensável quando se trata do tema – ainda que, nas palavras da autora, remeta ao *lugar-comum* de tantos outros textos sobre o assunto. Sobre a influência positivista do século XIX ao paradigma dos *Annales* nas primeiras décadas do século XX – à diversidade de objetos e abordagens que marcam este campo do conhecimento no século XXI – aprofundou-se o desafio sobre a

¹ Graduada em História pela UNIABEU e tutora em EAD das disciplinas institucionais na mesma Universidade. Mestranda em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

definição do que venha a ser, atualmente, o conceito de história social, que, neste sentido, carece de algumas reflexões antes de ser elaborado.

No século XIX, predominavam a história tradicional das narrativas das grandes batalhas, do culto ao herói, do pensamento positivista sobre a unicidade das fontes, das ideias de progresso que fundamentavam o evolucionismo em diversas áreas do conhecimento; e a história como base de formação dos Estados Nacionais surge nas primeiras décadas do século XX. Em contrapartida, a partir de 1929, o movimento dos *Annales* opunha-se à história factual, globalizante e de intensa influência política.

Entre as principais contribuições do grupo de historiadores franceses que protagonizaram o movimento de 1929, destacavam-se: a ampliação das fontes, a interdisciplinaridade e a história enquanto problema, marcando uma nova etapa na historiografia. O diálogo com outras áreas do conhecimento trouxe novas abordagens e métodos à pesquisa, ampliando o campo da história social. A ideia de síntese dos diversos setores da história, proposta inicialmente por Lucien Febvre e Marc Bloch – fundadores da Revista dos *Annales* – permitiu inserir no campo social a combatida *história política*, a partir da problematização dos objetos, guardadas as especificidades do que hoje se entende por história política, ou do político. Grosso modo, o que se pretendeu até aqui foi demonstrar que, em certo nível, o conceito de história social permanece, mas é fundamental compreendê-lo em seus desdobramentos, nas aproximações e distanciamentos com as diversas áreas do conhecimento:

Defrontamo-nos aí com a inevitável questão da ambiguidade da expressão. Com o quase desaparecimento das abordagens rankianas, esta concepção generalizante de história social perde, em grande parte, sua operacionalidade. Mesmo assim, este emprego continua a ser um dos mais frequentes. (...) Antes de ser um campo definido por uma postura historiográfica, que resulta num alargamento do interesse histórico, construído em oposição às limitações da história tradicional, a história social passa a ser encarada como perspectiva de síntese, como reafirmação do princípio de que, em história, todos os níveis de abordagem estão inscritos no social e se interligam. (CASTRO, 1997, pp. 77-78)

Vale ressaltar que, se por um lado a história social a partir dos *Annales* passa a ser compreendida enquanto síntese, entrelaçamento das diversas instâncias que compõe um determinado tempo histórico, a partir deste novo entendimento se constroem e tomam outras dimensões nas gerações seguintes, em oposição não apenas à história social tradicional marcada pelo positivismo, mas ao sentido de história social especializada nos estudos dos grupos sociais, das categorias socioprofissionais, nas hierarquias e nos movimentos sociais.

Porém, por algum tempo, parte das antigas ideias conviveram com os novos paradigmas. A história como ciência é pontualmente defendida por Marc Bloch no clássico *Apologia da História* (2002). Com efeito, na primeira geração dos *Annales*, entre as décadas de 1930/40, mantém-se um estudo da coletividade e dos fenômenos de longa duração. Mais tarde, entre as décadas de 1950/60, o estruturalismo e o marxismo, amplamente discutidos nas ciências sociais, influenciaram a produção historiográfica. A história econômica de caráter quantitativo, assim como a história demográfica, criavam suas próprias metodologias, tomando forma de especialidade. Neste cenário, surgiram os defensores da história social, como Ernest Labrousse, que até então era historiador do econômico por excelência, reivindica a história social com problemática e metodologia própria – mas, como aqui mencionado, uma história social voltada para compreensão dos comportamentos e das relações dos grupos. Das rupturas e dos embates inaugurados a partir dos *Annales* – a fragmentação da história social, o espaço ocupado pela história econômica e quantitativa, ou o ostracismo da história política – precisam ser compreendidos à luz das crises e das profundas mudanças tecnológicas que marcaram o século XX.

Ronaldo Vainfas discute a “crise” dos paradigmas rivais – iluminista e pós-modernista – apresentados na introdução da obra *Domínios da História* (1997, p. 621)

O iluminista, partidário de uma história científica e racional, portanto convencido da existência de uma realidade social global a ser

historicamente explicada, e o pós-moderno, cético em relação às explicações globalizantes, e tendente a enfatizar, em maior ou menor grau, as representações construídas historicamente. (VAINFAS, 1998, p. 623)

Na esteira desta crise, a história social – nos dois sentidos aqui apresentados – a dos *Annales*, sintética e globalizante, ou a que privilegia as estratificações e hierarquias sociais – começa a ceder espaço para novas formas de abordagens que surgem a partir das décadas entre 1968/70, período conhecido como do pós-modernismo, e, neste sentido, o da Nova História. A conjuntura que sucedeu ao apogeu do cientificismo – a exemplo do marxismo pautado nas explicações estruturalistas de classe, dominados e dominantes, ou ainda, a primeira geração dos *Annales* e sua abordagem social global da história – trouxe profundos questionamentos quanto à eficácia do saber científico e das *macro* explicações que já não respondiam às demandas sociais, políticas e acadêmicas, num mundo destroçado pelas grandes guerras mundiais e consequentes contradições advindas deste cenário. Nas décadas seguintes, as pesquisas quantitativas, pautadas em séries e gráficos, foram postas em cheque. A história econômica começou a ser relativizada. Das mudanças de perspectivas na análise da história, passando dos grandes *tournants* históricos (VAINFAS, 1998) aos micros recortes, é possível perceber as discontinuidades e permanências da história social, a partir de novos métodos e abordagens.

História Cultural

Nos primeiros anos da década de 1960, um grupo de jovens historiadores da linha marxista publicou artigos sobre a vida cotidiana de operários, criados, mulheres, grupos étnicos e congêneres, surgindo a *história vista de baixo*. Este marxismo, que ficou conhecido como revisionista, teve como um dos seus maiores representantes o historiador inglês E. P. Thompson, ao escrever sobre a classe operária inglesa, e George Rudé, que estudou as classes parisienses. Ambos inspiraram o abandono de relatos históricos voltados para os grandes líderes e instituições políticas (HUNT, 2001,

p. 2). No mesmo período, os *Annales* aprofundavam a ênfase na história econômica e social. Sobre isso, Hunt (2001) faz um levantamento sobre os artigos produzidos em história econômica e social, entre os anos de 1965 e 1984 em algumas das principais revistas históricas francesas e norte-americanas, e percebe a larga produção nesta área. Contudo, o interesse dessas duas linhas – marxistas e *Annales* – voltou-se cada vez mais para a história da cultura. Hunt chama atenção para o “desvio” dos historiadores marxistas para a cultura, dando como exemplo o clássico *The Making of the English Working Class*, de Thompson, no qual o autor rejeita as explicações de formação de consciência de classe sob a metáfora base/superestrutura, privilegiando o campo da experiência, das mediações culturais e morais. (THOMPSON *apud* HUNT, 2001, p. 6)

Em *Costumes em Comum*, o historiador inglês inaugura o conceito de Economia Moral na Inglaterra do século XVIII, para explicar a formação de uma consciência de classe entre os plebeus que, percebendo a prática do aumento de preços por parte dos comerciantes locais em plena crise de desabastecimento, uniram-se em protestos na praça do mercado contra o que julgavam ser uma arbitrariedade. Thompson analisa a história social do século XVIII na Inglaterra, sob o confronto entre a economia política dominante e a economia moral dos plebeus.

As respostas da história cultural são diferentes da história social, ainda que as questões sejam comuns. A sociologia, disciplina de grande influência sobre a historiografia até então, vai cedendo espaço na pesquisa para outras áreas do conhecimento, como a antropologia e, neste sentido, a história social começa a enxergar os indivíduos anônimos em contraponto à macroanálise dos grupos profissionais, ou da formação de uma consciência de classe, ancorada no vanguardismo de um líder. A teoria da formação de consciência de classe, a partir de Thompson, privilegia o campo da experiência do indivíduo. A perspectiva do autor parte de uma consciência forjada no dia a dia, das estratégias de sobrevivência e de adequação ao mundo do trabalho marcado pelo tempo do relógio. Thompson

RECÔNCAVO

ISSN 2238 - 2127

transforma o agente histórico em ação do agente. Simona Cerutti (1998), pesquisando os grupos profissionais na cidade de Turim no século XVII, reforça sua aproximação com o historiador inglês sobre o conceito de classe, contrapondo-se às ideias ligadas a formação de classe enquanto estrutura ou categoria:

A autora reconhece a contribuição e a influência de Thompson em sua pesquisa da formação dos grupos profissionais numa cidade do Antigo Regime. Mas aponta para uma diferença fulcral entre os dois campos de análise. Cerutti (1998, p. 174) se propõe a fazer uma análise processual, entrelaçando o itinerário dos protagonistas, a seus percursos individuais. Thompson, mesmo reconhecendo como parte importante de sua análise o comportamento dos atores, o faz atrelando a experiência dos indivíduos às relações de produção. Segundo a autora, o determinismo econômico sobre o qual o historiador inglês tanto lutou ainda se mantinha em certo nível. Neste sentido, a ideia de classe existirá na estrutura, tenha o indivíduo consciência ou não. Para Cerutti, a articulação da experiência nas diversas esferas do campo social – fundamental em sua microanálise na abordagem das fontes – está em desencontro com a abordagem macro-histórica de Thompson, onde estrutura e comportamento situam-se em campos diferentes, sob uma interpretação geral do processo. Mais adiante, retomaremos a discussão sobre microanálise.

Neste mesmo período, a história econômica, social e demográfica dos *Annales* começa a recuar, voltando seus interesses para o que Hunt chamou de enigmática história das mentalidades ou *mentalités*. Com efeito, o conceito de *mentalités* foi alvo de muitas críticas e discussões. Segundo Roger Chartier, o termo correspondia a um jeito particularmente francês de pensar uma espécie de psicologia histórica do coletivo: “As próprias representações do mundo social são os componentes da realidade social (...) a relação assim estabelecida não é de dependência das estruturas mentais às determinações materiais”. (CHARTIER *apud* HUNT, 2001, p. 9) Neste sentido, o autor corrobora com a ideia de que as mentalidades não são simples reflexos das estruturas socioeconômicas.

Os novos desafios colocados aos historiadores da quarta geração dos *Annales* – entre os quais, Chartier e Jacques Revel, que se voltavam às práticas culturais – marcaram o período conhecido como o da Nova História. A obra de Michel Foucault – que refutava a naturalização dos objetos intelectuais, como a loucura, a medicina e o Estado – exerceu grande influência sobre os historiadores da cultura. A contribuição de Foucault, desenvolvendo um estudo da cultura pelo prisma do poder situado no discurso, redimensionando as ideias clássicas de poder a partir do Estado, ou das lutas de classes, trouxe novas reflexões à pesquisa histórica e contundentes críticas à ausência de métodos, ou o antimétodo, que o próprio Foucault afirmava não pretender desenvolver, inviabilizando o modelo como prática de pesquisa em história. As críticas de Foucault, no entanto, permanecem como horizonte de interesse para os historiadores. Sobre a história das mentalidades, importa ressaltar que estava inserida na chamada longa duração, que ainda privilegiava o estudo dos grupos ao papel da ação do indivíduo na história. Este campo amplo da análise sofreu duras críticas dirigidas a Foucault e à história das mentalidades. François Furet, por exemplo, critica as *mentalités*, pelo que julgou ser um campo de ausência de enfoques claros. Robert Darton, por sua vez, segue a mesma orientação, reafirmando que os franceses “não elaboraram uma concepção coerente de *mentalités* enquanto campo de estudo” (DARTON *apud* HUNT, 2001, p. 12)

Para além de toda essa discussão que envolve as continuidades e descontinuidades de uma história – à francesa – das mentalidades cujo declínio enquanto disciplina foi largamente apregoado, percebe-se, entretanto, um interesse por objetos a ela relacionados, como o corpo, as mulheres e, em especial, as representações. A Nova História Cultural foi o campo de refúgio de alguns historiadores das mentalidades. Neste sentido, importa ressaltar que, no período posterior à década de 1970, a história cultural, aproximando-se da antropologia, distanciou-se das tendências socializantes do período anterior. A perspectiva antropológica e a ênfase na cultura marcaram a pesquisa histórica com uma relativa redução na escala de análise (CASTRO, 1998, p. 84). O trabalho de Natalie Davis (1990),

RECÔNCAVO

ISSN 2238 - 2127

por exemplo, já rompe com a prioridade dos estudos voltados para as categorias socioprofissionais, privilegiando o gênero, podendo ser considerado uma história social da cultura, o início de uma História Cultural.

Como já mencionado, a história cultural apresenta respostas diferentes para velhas questões. Atualmente, a chamada Nova História Cultural está sob a influência de duas disciplinas: a antropologia e a interpretação literária marcada pela linguística. No livro *Culturas do Povo*, Davis, assim como Thompson, aprofunda o interesse pelo estudo da comunidade, seus ritos, festividades, conflitos e seus valores. Para tanto, a autora se utiliza de pressupostos antropológicos, seguindo uma narrativa marcada pela alteridade, num exercício de reflexão sobre o lugar do *outro*. Outro aspecto marcante da obra da autora são os conceitos literários. Nos anos de 1980, o debate sobre cultura popular e cultura erudita foi tema de discussão e de produção de importantes trabalhos na historiografia. A autora investigou as relações da “gente miúda”, como camponeses, artesãos, a população da cidade, e seus códigos e estratégias de convivência que se entrecruzavam à cultura erudita, revelando conflitos que até então foram interpretados sob ideias pré-concebidas. Em síntese, Natalie revela não ser tão simples assim. A questão da representação é um aspecto relevante na análise das inversões sexuais. Homens vestidos de mulheres com rosto enegrecido, mulheres que se travestiam de homens estão presentes nas festas populares, como o carnaval e encenações teatrais, e na literatura onde mulheres dominadoras surgem batendo ou traindo seus maridos, sem que isso necessariamente represente um desejo de ruptura com a ordem social estabelecida. Seria, para a autora, um espaço de denúncia e protesto em função da defesa de causas que julgavam legítimas. Davis observa, ainda, os usos sociais e políticos nestas inversões, buscando compreender o papel da cultura na dinâmica da comunidade.

Próxima a esta perspectiva de Davis, Cerutti observa que as hierarquias sociais estabelecidas a partir dos grupos de ofícios e profissões em Turim, no século XVII, não devem ser compreendidas de forma estratificada e perene. Ao acessar as fontes

documentais, a autora percebe que a linguagem de ofícios e profissões não aparece nos rituais, nas festas ou nas cerimônias oficiais antes do desenvolvimento das manufaturas. Mas mulheres e jovens, por exemplo, têm seus papéis representados junto à municipalidade, assim como a elite urbana é representada pela magistratura, exército e a alta nobreza. Neste sentido, afirma a importância de compreender a análise dos processos entrelaçada ao itinerário do indivíduo para entender a formação da estratificação social no meio urbano, para além da ideia de um contexto dado ou das concepções naturalistas (CERRUTI, 1998) entre a esfera técnica e produtiva e a dos comportamentos e relações sociais, como se a macroanálise das corporações de ofícios, enquanto categoria explicativa das hierarquias, fossem capazes, por si só, de definir o que acontecia numa cidade, desconsiderando as cisões dentro das categorias. Grosso modo, a posição dos indivíduos dentro das corporações de ofício pode ser compreendida como uma das representações possíveis da cidade. A análise da linguagem dos atores sociais segue a mesma lógica para a autora, não sendo suficiente como macro modelo explicativo de toda uma comunidade. (CERRUTI, 1998)

Cerutti (1998, p. 180) aponta para a apropriação da linguagem e do vocabulário dos atores sociais como “um postulado da antropologia interpretativa (...) que pode ser capturada pelo historiador por meio da decifração do sistema de significação enraizado nos comportamentos, nos textos, em cada forma do ‘vivido’ social”. A aproximação da antropologia com a pesquisa histórica, em especial a influência do norte-americano Clifford Geertz, privilegiando os enfoques socioculturais sobre os modelos socioeconômicos vigentes, trouxe o olhar sobre o nativo para a história social da cultura, favorecendo uma certa redução do campo da análise e, neste sentido, buscando enxergar comportamentos, escolhas e atitudes dos indivíduos. Porém, a proposta do campo antropológico, ao pensar a cultura como um texto a ser lido e interpretado, conduz a um retorno às ideias explicativas globalizantes. Para Geertz, toda ação humana é culturalmente informada e passa a fazer sentido quando observada num determinado contexto onde não apenas as representações, mas todas as ações sociais são como textos, podendo ser culturalmente interpretados (CASTRO,

RECÔNCAVO

ISSN 2238 - 2127

1998). Cerutti aponta para os perigos do historiador sob a influência da antropologia interpretativa, de retificação do discurso, dos riscos de uma atitude passiva diante das fontes. Os limites entre as duas disciplinas e as críticas à antropologia interpretativa estão justamente no sentido daquilo que é fulcral para o historiador atualmente: problematizar a fonte. Já para Roger Chartier o trabalho de campo do antropólogo tem vários níveis e dimensões, não valendo para o historiador que, ao tentar fazer a relação direta entre discurso e prática, estará à beira da falésia. Cita, como exemplo, um trabalho considerado de antropologia histórica, *O Grande Massacre dos Gatos*, de Robert Darton (1984). Em um dos capítulos de seu livro, a história é narrada por um estagiário de uma gráfica, na rua Saint-Séverin, em Paris do século XVIII, cuja experiência mais engraçada teria sido o episódio do massacre dos gatos. Os funcionários viviam em moradias insalubres, amontoados em pequenos quartos coletivos e viam-se atormentados à noite pelo barulho dos gatos no telhado. Eram os animais de estimação preferidos da elite local, recebendo tratamento superior aos trabalhadores, inclusive alimento de melhor qualidade. A reação desses representantes da cultura popular foi inusitada: revidaram as noites de sono perdidas, fazendo-se passar por gatos, miando no telhado do patrão. Sem conseguir dormir, o dono da gráfica permitiu que os animais fossem contidos e colocados para fora da cidade. Entretanto, o que aconteceu foi um verdadeiro massacre. Os participantes se divertiam, enquanto torturavam e matavam os animais. O primeiro a morrer foi a Cinzenta, a gata de estimação da patroa.

Estamento e simbolismo, ciclos e rituais estão presentes na obra de Darton, que descreve e utiliza os ritos de passagem como um antropólogo, levando ao limite esse empréstimo que a história faz da antropologia, de que a cultura é um texto que pode ser lido. O passeio livre que o autor faz no campo do simbólico é criticado por Chartier ao ressaltar que, tanto o modelo antropológico quanto o literário – guardadas as devidas especificidades de cada um – utilizam a linguagem enquanto metáfora: “esse uso elimina a diferença entre ações simbólicas e textos escritos, define as formas simbólicas de um modo tão amplo que nada fica excluído” (CHARTIER *apud* HUNT,

2001, p. 21). Neste sentido, permanece, em certa medida, as macroanálises, ainda que partindo da observação de uma esfera reduzida da cultura popular. O que se estabelece é um modelo analítico no qual os conflitos entre a cultura erudita e a cultura popular são passíveis de serem explicados num sistema de significados, e assim, vislumbrando-se a possibilidade de acessar a história e as ideias dos franceses do século XVIII. Cético do sistema de significado compartilhado, Giovanni Levi critica esse contexto, onde é possível entender o indivíduo e o texto pelo contexto no qual as ideias são *pré-concebidas* e simplesmente encaixadas. Apesar das advertências quanto à utilização da linguagem, o uso deste recurso nas abordagens da história cultural, com todos os prós e contras, permanece como um caminho significativo para pesquisa. A contribuição de Darton, hoje, pode ser encarada enquanto experimentação.

Chartier, dedicado à história do livro e da leitura, declara que não existe um texto puro, anterior ao suporte, tão pouco um idioma geral capaz de explicar todas as formas de expressão cultural (CHARTIER *apud* HUNT, 2001, p. 16). Ao criticar a prerrogativa da antropologia e da literatura na busca por significados, aponta para os riscos das macroexplicações. Chartier deixa sua contribuição para a história apresentando um caminho metodológico baseado na busca por compreender a forma como cada leitor lia em seu tempo. Outro aspecto relevante é pensar a impressão sob o crivo editorial e os interesses envolvidos, inclusive comerciais, que acabam interferindo no produto final. Muitas intervenções acontecem entre o texto escrito e o livro impresso: eliminação de capítulos, acréscimos de parágrafos, diagramação com publicidade da editora, censura – para citar apenas alguns exemplos. Durante muito tempo, o suporte do livro foi ignorado, mas este aspecto tornou-se fundamental para o leitor. (CHARTIER, 2001)

Outra discussão levantada pelo autor é a produção voltada para as comunidades de leitores. A leitura popular, ligada às práticas da oralidade, nada tem a ver com a da elite cultural, voltada ao universo letrado. Com efeito, esta dicotomia norteava os interesses editoriais, mas a crítica que Chartier estabelece vai além das

RECÔNCAVO

ISSN 2238 - 2127

questões que envolvem o interesse do público, seja erudito ou popular, e do interesse econômico dos produtores. Ele também propõe uma reflexão sobre a rigidez da visão macroscópica entre a cultura popular e a cultura erudita. Neste sentido, é necessário repensar a relação possível entre oralidade/cultura popular e cultura erudita/letramento, eixos que, segundo o autor, se combinam e se entrecruzam. Para tanto, cita a experiência do moleiro Menocchio, de Carlos Ginzburg (2006), e os desafios encontrados pelo autor ao acessar o universo da cultura popular a partir de fontes documentais produzidas pelos inquisidores, ou seja, pelo filtro da cultura erudita.

O historiador da cultura – ou da micro-história – terá que lidar com a perspectiva da contaminação das fontes ao acessar esta cultura popular basicamente oral – em especial do século XVI, aqui representada pelo processo do italiano Menocchio – e o filtro dos mediadores. Chartier adverte para a desconstrução necessária dos conceitos clássicos de cultura popular, que situa, em campo oposto, a cultura da elite. Neste emaranhado de relações que entrecruzam universos aparentemente distintos, é possível observar as variações de escalas.

MICRO-HISTÓRIA

A micro-história, a princípio, se constitui como resposta à clássica história social francesa:

Simiand relembra a estes últimos - os Annales – as regras dos métodos sociológicos, destinados, segundo ele, a reger uma ciência social unificada e da qual as diferentes disciplinas apenas proporião modalidades particulares. Os historiadores deveriam, dali em diante, se afastar do único, do acidental (o indivíduo, o acontecimento, o caso singular), para investir na única coisa que poderia tornar-se objeto de um estudo científico: o repetitivo e suas variações, as regularidades observáveis, a partir das quais seria possível induzir leis. (...) o privilégio dado ao estudo dos agregados mais maciços possíveis; a prioridade concedida à medida na análise dos fenômenos sociais; a escolha de uma duração suficientemente longa para tornar observáveis transformações globais. (REVEL, 1998, p. 17)

A micro-história nasceu como um projeto, durante a década de 1970, entre um grupo de historiadores italianos que também fundaram a revista *Quaderni Storici*. Na década seguinte, Giovanni Levi e Carlos Ginzburg publicaram uma coleção intitulada *Microstorie*, mas já se percebia as diferenças pessoais das pesquisas entre os próprios historiadores da linha (REVEL, 1998, p. 16). É importante que se esclareça uma das questões fundamentais para compreensão do que se entende por micro-história: mudança na escala de análise. Podemos começar a entender a microanálise, constituindo-se enquanto princípio de distanciamento de “uma história social que desde a origem se inscreveu, explícita ou (cada vez mais) implicitamente, num espaço macro”. (REVEL, 1998, p. 20). Nos anos de 1960, a historiografia francesa passa por crises que atingem as ciências humanas em geral, em virtude das críticas às teorias globalizantes onde tudo parecia se encaixar. Como resultado, surge o debate em torno de uma redefinição de pressupostos, onde as identidades são analisadas dentro dos processos.

O trabalho de Cerutti está sob esta perspectiva. Para compreender como as estratificações sociais acontecem numa cidade do antigo regime – Turim, do século XVII – e o papel das corporações de ofícios, a autora parte da microanálise. O itinerário do indivíduo atrelado aos processos revela uma série de cisões entre ideias até então homogêneas como a formação de grupos e estratificação social no meio urbano. É um abandono às explicações autoevidentes. As redes de solidariedade, as estratégias familiares de resistência, por exemplo, ajudam a compreender porque, durante um tempo, as corporações não apareciam nas fontes como representação da estratificação social. Esta análise possibilitou uma redefinição do mundo tradicional dos ofícios nas cidades, revelando os conflitos, os diversos mecanismos de associação que a macro observação anulava. Para a micro-história não existe uma hierarquia entre história local e global, mas a pluralidade do contexto. O excepcional, a exceção, o *ponto fora da curva*, não foge à norma. Para Ginzburg, o anômalo também está inserido na regra e é importante para entender o contexto.

RECÔNCAVO

ISSN 2238 - 2127

Na Itália, a pesquisa se valeu da disposição dos arquivos e do grande volume de documentos inquisitoriais. Não obstante, este aspecto cultural influenciou a pesquisa nesta região. Para a micro-história italiana é o princípio da variação que conta, a modificação da forma e da trama, não apenas a redução do objeto. Na França, a perspectiva foi diferente. Os recursos financeiros para pesquisa favoreciam as estruturas de análise serial, quantitativa, de dados e trabalhos coletivos. A micro-história francesa está ligada à questão da representatividade, como um cenário já colocado onde as peças (o micro) vão compor o *quebra-cabeças*. No mais das vezes, o novo causa estranheza. Com a micro-história não foi diferente.

Revel chama atenção para o fato da própria pesquisa em história já trabalhar com recortes e conjuntos circunscritos, sem que isso represente um campo de microanálise. A micro-história pode ser concebida como procedimento analítico, podendo ser aplicado a uma variedade de objetos independente das dimensões, desde que as fontes permitam. Ginzburg (2007) começa a definição de micro-história por aquilo que ela não é: não é um acontecimento isolado, nem uma história local ligada a tipos, tão pouco uma ficção literária. Mas o autor adverte que é menos importante definir uma expressão que buscar entender a ideia que a norteia.

A atitude experimental que aglutinou, no fim dos anos 70, o grupo de historiadores italianos de micro-história (“uma história com aditivos”, como a definiu ironicamente Franco Venturi), baseava-se na aguda consciência que, todas as fases que marcam a pesquisa são constituídas e não dadas. (...) que toda a configuração social é o resultado da interação de incontáveis estratégias individuais, um emaranhado que somente a observação próxima, possibilita reconstituir. (GINZBURG, 2007, pp. 275-277)

Mormente, a micro-história está diretamente relacionada a essa forma de abordagem de variação da análise. Ao contrário da história social tradicional, não se propõe a explicar o contexto macro, mas em apontar as cisões de um panorama geral. Entretanto, a ausência de definição metodológica fundamentou uma série de críticas à micro-história. É necessário pontuar que a ausência de um mapa teórico não significa

que não se reflita sobre teoria. A micro-história pode ser compreendida enquanto experimentação teórico-metodológica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em algumas situações, mudar é dar um passo à frente. Outras vezes é retornar ao ponto de partida, é reavaliar as críticas e, principalmente, algumas convicções. Mas é preciso reconhecer que as mudanças de perspectivas passam por embates e conflitos. Sob este entendimento insere-se este breve espaço de reflexão sobre os três eixos aqui observados: a história social, cultural e a micro-história, nos aspectos macro e micro que os entrecruzam. Alvo de severas críticas da história social tradicional, por referência a uma prática que remete às abordagens rankianas, a narrativa foi recuperada pela micro-história. Hebe Castro (1998) diz ser um exagero afirmar o fim da história social, destacando a permanência do termo nos cursos de graduação de algumas universidades públicas brasileiras, onde o aluno é formado bacharel em História, mas com concentração em História Social.

Darton, num esforço de decodificar a linguagem para acessar como pessoas de outro tempo pensavam o mundo que as cercavam, encontrou significado cultural num episódio aparentemente sem graça, entretanto, hilariante para os indivíduos da época. A utilização de um sistema de significados foi bastante discutida, mas como ignorar a importância da utilização da linguagem na pesquisa? Davis aborda o gênero em sua obra, revelando as estratégias e representações a partir dos usos do sexo oposto, para além das questões restritas às relações sexuais. Os travestis masculinos se valiam do estereótipo da mulher desordeira, inimputável, para contestar o governo ou aquilo que julgavam injusto. O estudo da comunidade estimulou o interesse de pesquisadores para este tema e críticas quanto aos riscos da literatura antropológica sob o viés interpretativo: "(...) em vez de ser apenas uma válvula de segurança, desviando a atenção da realidade social, a vida festiva pode perpetuar, certos valores da comunidade. Sobre os rituais da comunidade: (...) podemos reduzi-los a um repertório de ações" (DAVIS *apud* HUNT, 2001, p. 15). Ginzburg, por sua vez,

RECÔNCAVO

ISSN 2238 - 2127

investigou os rastros de um moleiro italiano do século XVI, partindo de processos de inquisição, escritos pelos representantes da cultura erudita da época. Neste entrecruzamento entre a cultura letrada e a cultura popular, o quanto o autor conseguiu se aproximar do pensamento de Menocchio?

Todas as análises aqui apresentadas já foram amplamente discutidas e confrontadas pela historiografia. Contudo, não houve aqui a pretensão de estabelecer uma prevalência de um modelo sobre o outro ou uma cronologia que nos levasse a pensar o que é mais adequado como escolha de pesquisa a partir das considerações apresentadas pelos autores. Neste sentido, recorreremos mais uma vez a Vainfas (2010), quando aponta que na ausência atual de embates entre paradigmas rivais, o desafio colocado ao historiador é o de posicionar-se, enfrentando com serenidade as diferenças de opinião e opções teóricas e metodológicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou Ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs). *Domínios da História*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2010.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Orgs.) *Domínios da História: ensaio de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CERUTTI, Simona. Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no Século XVII. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

CHARTIER, Roger. Textos, impressão, leituras. In: _____ (org.) *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

DARTON, Robert. *O Grande Massacre dos Gatos*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

RECÔNCAVO

ISSN 2238 - 2127

DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna*. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

GINZBURG, Carlos. Micro-História: Duas ou três coisas que sei a respeito. In: *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. *O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

REVERL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VAINFAS, Ronaldo. Caminhos e Descaminhos da História. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Orgs.) *Domínios da História: ensaio de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

Recebido em 17/11/2017

Aprovado em 17/12/2017